
EDITAL

CONCESSÃO PATROCINADA PARA
EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS
AEROPORTUÁRIOS DO AEROPORTO
REGIONAL DA ZONA DA MATA –
ARZM

Concorrência Pública

Concorrência SETOP __26_/2014

SUMÁRIO

| | | |
|-----|--|----|
| 1. | PREÂMBULO | 3 |
| 2. | DAS DEFINIÇÕES | 4 |
| 3. | DO OBJETO | 9 |
| 4. | DO VALOR ESTIMADO PARA LICITAÇÃO..... | 10 |
| 5. | DAS GARANTIAS DE PROPOSTA | 10 |
| 6. | DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO | 12 |
| 7. | DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL | 15 |
| 8. | DA HABILITAÇÃO | 16 |
| 9. | DA VISITA TÉCNICA | 28 |
| 10. | DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA | 28 |
| 11. | DA PROPOSTA ECONÔMICA..... | 32 |
| 12. | DA ENTREGA DAS PROPOSTAS..... | 33 |
| 13. | DO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO | 34 |
| 14. | ABERTURA E JULGAMENTO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA..... | 36 |
| 18. | DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO | 40 |
| 19. | DO PLANO DE NEGÓCIOS E MEMÓRIAS TÉCNICAS | 41 |
| 20. | DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO | 42 |
| 21. | DO CONTRATO | 42 |
| 22. | DO PRAZO DA CONCESSÃO | 43 |
| 23. | DO VALOR CONTRATUAL | 43 |
| 24. | DA CONCESSIONÁRIA | 43 |
| 25. | DAS DISPOSIÇÕES GERAIS | 45 |
| 26. | DOS ANEXOS DO EDITAL | 47 |

1. PREÂMBULO

A Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, SETOP, torna público que fará realizar, através da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, em seu edifício-sede na Cidade Administrativa do Estado de Minas, Presidente Tancredo Neves, Edifício Minas, 7º andar, Rodovia Prefeito Américo Gianetti (MG-010), s/n, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte/MG, Licitação na modalidade Concorrência com inversão de fases, do tipo menor valor anual de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA a ser paga pela PODER CONCEDENTE, da EXPLORAÇÃO de serviços aeroportuários do Aeroporto Regional da Zona da Mata - ARZM, em conformidade com os artigos 21, XII, c, 175 e 241 da Constituição da República, da Lei Federal nº 11.079/2004; da Lei Federal nº 8.987/1995; da Lei Federal nº 9.074/1995; da Lei Federal nº 8.666/1993; da Lei Federal nº 7.565/1986; do Decreto nº 7.624/2011, da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989, da Lei Estadual nº 14.868/2003; da Lei Estadual nº 14.869/03; do Decreto Estadual nº 43.702/2003; do Decreto Estadual nº 45.750/2011 da Lei Delegada Estadual nº 180/ 2011, e das Leis Federais e Estaduais que os regulamentam e pelas demais leis, normas técnicas e instruções normativas pertinentes, em especial do Convênio 038/2012, celebrado entre a União, por intermédio da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e o Estado de Minas Gerais, e por este EDITAL seus Anexos.

As referências às normas aplicáveis no Brasil e às aplicáveis especialmente a este EDITAL deverão também ser compreendidas como referências à legislação que as substituam ou modifiquem.

O julgamento das propostas será precedido de etapa de qualificação das propostas técnicas das LICITANTES, desclassificando-se as licitantes que não apresentarem os requisitos para qualificação previstos no edital, nos termos do artigo 12, inciso I, da Lei de PPP.

A LICITAÇÃO foi precedida de consulta pública, nos termos do artigo 10, VI, da Lei de PPP, no período de 07 de setembro à 09 de outubro de 2013 e de audiência pública, no dia 12 de fevereiro de 2014, nos termos do artigo 39 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

O EDITAL da presente CONCESSÃO, seus Anexos, bem como todas as informações, estudos e projetos sobre o AEROPORTO REGIONAL DA ZONA DA MATA estarão disponíveis no sítio eletrônico [<http://www.transportes.mg.gov.br>], incidindo sobre a disponibilização destas informações e estudos as regras previstas neste EDITAL.

O interessado deverá protocolar no Setor de Protocolo da CAMG (Cidade Administrativa – Edifício Minas), primeiro andar, sua PROPOSTA, até as 17h do dia 21/10/2014. Será facultado ao interessado enviar sua PROPOSTA pelos Correios, devendo a mesma ser recebida no Setor de Protocolo da CAMG (Cidade Administrativa – prédio Minas), primeiro andar, até as 17h do dia 21/10/2014. O Estado de Minas Gerais não se responsabilizará pelo protocolo de envelopes pelos Correios que não chegarem dentro do prazo estimado neste EDITAL.

Data de entrega dos envelopes: 17 horas do dia 21/10/2014.

Data de abertura da LICITAÇÃO: 14:30 horas do dia 22/10/2014.

2. DAS DEFINIÇÕES

2.1. Neste EDITAL e seus Anexos são adotadas as siglas, termos e expressões cujos significados encontram-se a seguir apontados, sem prejuízo de outros inseridos neste EDITAL ou em seus Anexos ou, ainda, na legislação aplicável.

2.2. As siglas, termos e expressões listados no singular incluem o plural e vice-versa:

2.2.1. ADJUDICATÁRIA: significa a LICITANTE declarada vencedor da LICITAÇÃO pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, a quem for adjudicado o objeto do certame;

2.2.2. AFILIADA: significa, com relação à LICITANTE ou qualquer de suas acionistas, qualquer pessoa, física ou jurídica, controladora, controlada ou sob controle comum, nos termos da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976;

2.2.3. AEROPORTO REGIONAL DA ZONA DA MATA ou AEROPORTO ou ARZM: significa o Aeroporto Regional da Zona da Mata, também conhecido como Aeroporto Itamar Franco, identificado na ANAC sob o código SBZM, localizado nos municípios de Goianá e Rio Novo, abrangendo todo o sítio aeroportuário, objeto da CONCESSÃO;

2.2.4. COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO: significa a comissão instituída por ato do Poder Executivo Estadual, responsável por receber e examinar todos os documentos

apresentados no âmbito desta LICITAÇÃO, conduzir os procedimentos descritos neste instrumento, processar e julgar a LICITAÇÃO, nos termos deste EDITAL;

- 2.2.5. CONCESSÃO PATROCINADA ou CONCESSÃO: significa a parceria público-privada, na modalidade de CONCESSÃO PATROCINADA, para a EXPLORAÇÃO de serviços aeroportuários pela CONCESSIONÁRIA, durante o prazo estabelecido no EDITAL e no CONTRATO, em relação à qual, nos termos da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e da Lei Estadual nº 14.868, de 16 de dezembro de 2003, prevê-se uma CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA a ser paga pelo PODER CONCEDENTE e a cobrança, pela CONCESSIONÁRIA, de TARIFAS a serem pagas pelos USUÁRIOS do AEROPORTO REGIONAL DA ZONA DA MATA.
- 2.2.6. CONCESSIONÁRIA: significa a SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO a ser obrigatoriamente constituída pela ADJUDICATÁRIA, à qual será outorgado o objeto do CONTRATO;
- 2.2.7. CONDIÇÕES MÍNIMAS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: significam as condições mínimas a serem atendidas pela CONCESSIONÁRIA durante o prazo de vigência do CONTRATO, abrangendo a EXPLORAÇÃO do AEROPORTO REGIONAL DA ZONA DA MATA, conforme indicado no ANEXO III – PLANO DE EXPLORAÇÃO DO AEROPORTO – PEA, PLANO DE NEGÓCIOS E MEMÓRIAS TÉCNICAS, a ser entregue pela ADJUDICATÁRIA, e melhores parâmetros de desempenho conforme Anexo VII - QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO.
- 2.2.8. CONSÓRCIO: significa o grupo constituído por duas ou mais pessoas jurídicas, sob o mesmo controle ou não, para participar como LICITANTE da LICITAÇÃO, as quais respondem solidariamente pelo cumprimento das obrigações decorrentes da LICITAÇÃO e, como condição de participação, vinculam-se pelo TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE SPE, nos termos dispostos nos artigos 278 e 279 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;
- 2.2.9. CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA: significa a remuneração a ser paga pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, conforme Anexo V - POLÍTICA TARIFÁRIA E MECANISMOS DE PAGAMENTO, após a disponibilização em condições funcionais dos EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS;
- 2.2.10. CONTRATO: significa o CONTRATO de CONCESSÃO PATROCINADA a ser celebrado com a CONCESSIONÁRIA, nos termos da minuta constante do Anexo II - MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA deste EDITAL;

- 2.2.11. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO: significa o conjunto de documentos arrolados nos termos estabelecidos no item 8 deste EDITAL, que comporão o Envelope 03 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, destinado a comprovar sua habilitação jurídica, regularidade fiscal, habilitação técnica e qualificação econômico-financeira, além de declarações adicionais;
- 2.2.12. DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: significa o conjunto de documentos arrolados nos termos estabelecidos no item 10 deste EDITAL, que comporão o Envelope 01 – DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA;
- 2.2.13. EDITAL: significa o presente instrumento de edital e os seus Anexos, que contêm o conjunto de instruções e regras que orientam o processo da LICITAÇÃO da CONCESSÃO PATROCINADA, consubstanciado na Concorrência nº [●];
- 2.2.14. EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS: significam os equipamentos a serem obrigatoriamente adquiridos pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do Anexo III - PLANO DE EXPLORAÇÃO DO AEROPORTO - PEA;
- 2.2.15. EXPLORAÇÃO: significa, com relação ao AEROPORTO REGIONAL DA ZONA DA MATA, a sua administração, operação, manutenção, conservação e exploração comercial, conforme as CONDIÇÕES MÍNIMAS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS e demais condições contratuais;
- 2.2.16. EXPLORAÇÃO COMERCIAL: significa o período que tem início após o PERÍODO DE TRANSIÇÃO, a partir do qual a CONCESSIONÁRIA poderá arrecadar RECEITAS TARIFÁRIAS e RECEITAS COMERCIAIS;
- 2.2.17. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL: significa a garantia fornecida pela CONCESSIONÁRIA, visando a assegurar a execução do CONTRATO em todos os seus termos.
- 2.2.18. GARANTIA DE PROPOSTA: significa a garantia apresentada pela LICITANTE como condição para a sua participação na LICITAÇÃO juntamente com a carta de credenciamento, visando assegurar a validade e a manutenção das condições da PROPOSTA da LICITANTE, nos moldes previstos neste EDITAL;
- 2.2.19. GARANTIA DO PODER CONCEDENTE: significa a garantia fornecida pelo PODER CONCEDENTE para assegurar o pagamento de todas as obrigações pecuniárias do PODER CONCEDENTE em relação à CONCESSIONÁRIA, incluindo a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, nos termos do Anexo IX - GARANTIA DO PODER CONCEDENTE;
- 2.2.20. LICITAÇÃO: significa a Concorrência nº [●], nos termos deste EDITAL;

- 2.2.21. LICITANTE: significa cada proponente, individual ou CONSÓRCIO, que participa desta LICITAÇÃO mediante a apresentação de PROPOSTA;
- 2.2.22. NOTA DO QID: é a nota destinada a aferir o desempenho da CONCESSIONÁRIA no cumprimento dos indicadores constantes do Anexo VII - QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO;
- 2.2.23. PARTES: significam as partes signatárias do CONTRATO;
- 2.2.24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO: significa o patrimônio líquido mínimo que a LICITANTE deverá possuir, a ser comprovado, junto à DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, mediante a apresentação do balanço patrimonial da LICITANTE, o qual deverá ser auditado por auditor independente e acompanhado do respectivo demonstrativo de resultados referentes ao último exercício social, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- 2.2.25. PERÍODO DE TRANSIÇÃO: é o período de 90 (noventa) dias, após a emissão do TERMO DE ENTREGA, em que a CONCESSIONÁRIA e a atual operadora do AEROPORTO REGIONAL DA ZONA DA MATA, sob a supervisão do PODER CONCEDENTE, deverão tomar as medidas necessárias para efetivar a transferência dos serviços objeto do CONTRATO;
- 2.2.26. PLANO DE EXPLORAÇÃO DO AEROPORTO: é o conjunto de informações técnicas e operacionais, constantes do Anexo III – PLANO DE EXPLORAÇÃO DO AEROPORTO - PEA, abrangendo as diretrizes e requisitos mínimos para elaboração do PLANO DE NEGÓCIOS E MEMÓRIAS TÉCNICAS para EXPLORAÇÃO do AEROPORTO;
- 2.2.27. PLANO DE NEGÓCIOS E MEMÓRIAS TÉCNICAS: significa o plano a ser elaborado pela ADJUDICATÁRIA e entregue como condição de assinatura do CONTRATO, nos termos do item 19 do EDITAL, do Anexo III - PLANO DE EXPLORAÇÃO DO AEROPORTO - PEA e Anexo IV - PLANILHAS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS, ambos do EDITAL, devendo conter todas as premissas, variáveis e outras informações referentes à modelagem econômico-financeira que pautaram a PROPOSTA ECONÔMICA da LICITANTE com todos os elementos operacionais e financeiros relativos à execução do CONTRATO, assim como uma descrição das ações pretendidas pela LICITANTE, visando à EXPLORAÇÃO do AEROPORTO REGIONAL DA ZONA DA MATA pelo prazo integral da CONCESSÃO PATROCINADA;
- 2.2.28. PODER CONCEDENTE: significa o Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – SETOP;
- 2.2.29. PROPOSTA: significa o conjunto de documentação e informações apresentadas pela LICITANTE à COMISSÃO DE LICITAÇÃO nos termos deste EDITAL;

- 2.2.30. PROPOSTA ECONÔMICA: significa a solicitação de pagamento de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA anual, conforme modelo constante Anexo I - MODELO DE CARTAS E DECLARAÇÕES, visando a prestação do serviço conforme as CONDIÇÕES MÍNIMAS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, a serem atendidas pela CONCESSIONÁRIA durante o prazo de vigência do CONTRATO;
- 2.2.31. QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO ou QID: significa os indicadores destinados a aferir a qualidade do serviço a ser prestado pela CONCESSIONÁRIA, bem como as demais disposições constantes do Anexo VII - QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO;
- 2.2.32. RECEITAS COMERCIAIS: significam quaisquer receitas alternativas, acessórias ou suplementares à TARIFA, decorrentes da EXPLORAÇÃO do AEROPORTO REGIONAL DA ZONA DA MATA, com exceção das RECEITAS FINANCEIRAS, a serem livremente exploradas pela CONCESSIONÁRIA;
- 2.2.33. RECEITAS FINANCEIRAS: significam os juros, descontos recebidos, receitas de títulos vinculados ao mercado aberto, receitas sobre outros investimentos, prêmio de resgate de títulos e debêntures, bem como as atualizações monetárias pré-fixadas, as variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações em função da taxa de câmbio ou de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual;
- 2.2.34. RECEITAS TARIFÁRIAS: significam as receitas decorrentes da cobrança de TARIFAS, nos termos do Anexo V - POLÍTICA TARIFÁRIA E MECANISMOS DE PAGAMENTO.
- 2.2.35. SERVIÇOS: significam (i) os serviços decorrentes EXPLORAÇÃO do AEROPORTO REGIONAL DA ZONA DA MATA; (ii) o apoio, sem prejuízo da responsabilidade exclusiva do PODER CONCEDENTE, na execução dos SERVIÇOS NÃO DELEGADOS; e (iii) a gestão e/ou prestação, conforme for o caso, dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES;
- 2.2.36. SERVIÇOS COMPLEMENTARES: significam os serviços considerados convenientes, mas não essenciais, a serem prestados no AEROPORTO REGIONAL DA ZONA DA MATA, a critério da CONCESSIONÁRIA, (i) por terceiros previamente autorizados, por escrito, pela CONCESSIONÁRIA ou (ii) diretamente pela própria CONCESSIONÁRIA;
- 2.2.37. SERVIÇOS NÃO DELEGADOS: significam os serviços de competência exclusiva da Administração Pública, cuja execução não está compreendida no objeto da CONCESSÃO PATROCINADA;
- 2.2.38. SETOP: significa a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, que celebrará o CONTRATO com a CONCESSIONÁRIA;

- 2.2.39. SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO ou SPE: significa a sociedade anônima a ser constituída pela ADJUDICATÁRIA da LICITAÇÃO, com a finalidade exclusiva de explorar o objeto da CONCESSÃO PATROCINADA, condição precedente à celebração do CONTRATO;
- 2.2.40. TARIFAS: significam os preços cobrados pela utilização de serviços da infraestrutura do AEROPORTO REGIONAL DA ZONA DA MATA, em conformidade com a legislação aeronáutica e a EXPLORAÇÃO da CONCESSIONÁRIA, conforme as disposições do Anexo V - POLÍTICA TARIFÁRIA E MECANISMOS DE PAGAMENTO;
- 2.2.41. TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO: significa o documento emitido pela CONCESSIONÁRIA e entregue ao PODER CONCEDENTE que determina o fim da CONCESSÃO, contendo a listagem de todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, peças de reposição, estoques e de modo geral, todos os demais bens vinculados ao AEROPORTO REGIONAL DA ZONA DA MATA;
- 2.2.42. TERMO DE ENTREGA: significa o documento emitido pelo PODER CONCEDENTE e entregue à CONCESSIONÁRIA que determina a ordem de início da CONCESSÃO e dá início ao PERÍODO DE TRANSIÇÃO, contendo a listagem de todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, peças de reposição, estoques e de modo geral, todos os demais bens vinculados ao AEROPORTO REGIONAL DA ZONA DA MATA transferidos à CONCESSIONÁRIA;
- 2.2.43. VERIFICADOR INDEPENDENTE: significa a entidade contratada pelo PODER CONCEDENTE mediante licitação, que será responsável pelo monitoramento permanente do processo de aferição do desempenho da CONCESSIONÁRIA mediante a utilização do sistema de QID, fornecendo, mensalmente ao PODER CONCEDENTE e à CONCESSIONÁRIA, a NOTA DO QID, que determinará o cumprimento dos índices de serviço pela CONCESSIONÁRIA, e impactará no valor da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA à ser paga à CONCESSIONÁRIA;
- 2.2.44. TECA ou TERMINAL DE CARGAS AEROPORTUÁRIO: significa a área ou conjunto de áreas cobertas e descobertas do aeroporto especialmente delimitadas para recebimento, movimentação, armazenamento, guarda, controle e entrega de carga transportada ou a transportar, destinadas ou proveniente, imediatamente, de transporte aéreo.
- 2.2.45. USUÁRIO: significa todas as pessoas físicas e jurídicas que sejam tomadoras dos serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA, no AEROPORTO REGIONAL DA ZONA DA MATA.

3. DO OBJETO

- 3.1. Este EDITAL tem como objeto a contratação de CONCESSÃO PATROCINADA, consoante a Lei Federal nº 11.079/04, para a EXPLORAÇÃO de serviços aeroportuários do AEROPORTO REGIONAL DA ZONA DA MATA.

- 3.2. Os investimentos e serviços de responsabilidade exclusiva da CONCESSIONÁRIA se encontram detalhados no Anexo III - PLANO DE EXPLORAÇÃO DO AEROPORTO - PEA.
- 3.3. A CONCESSIONÁRIA deverá prestar o apoio na execução de SERVIÇOS NÃO DELEGADOS.
- 3.4. A CONCESSÃO pressupõe a prestação de serviço adequado, considerando-se como tal aquele que satisfizer às condições de regularidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia, equidade, modicidade da tarifa e continuidade nos termos da legislação.
- 3.5. A prestação dos SERVIÇOS no AEROPORTO deverá obedecer ao disposto na legislação vigente, nas normas, resoluções e instruções complementares relativas ao exercício das atividades relacionadas à exploração aeroportuária, e nos padrões e nos procedimentos dispostos no presente EDITAL e seus Anexos, bem como nos documentos apresentados pela LICITANTE vencedora da LICITAÇÃO.
- 3.6. Caberá a cada LICITANTE realizar, por sua própria conta e risco, as investigações, os levantamentos e os estudos necessários para a apresentação da PROPOSTA, de acordo com os requisitos deste EDITAL e seus Anexos.

4. DO VALOR ESTIMADO PARA LICITAÇÃO

- 4.1. O valor estimado pela SETOP para efeito desta LICITAÇÃO está orçado em R\$ 146.857.000,00 (cento e quarenta seis milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil reais), a preços referentes ao mês de agosto/2013.

5. DAS GARANTIAS DE PROPOSTA

- 5.1. **Entrega e Modalidade.** Na data designada para a abertura da LICITAÇÃO, cada LICITANTE deverá entregar, juntamente com a carta de credenciamento, a GARANTIA DE PROPOSTA de acordo com os modelos de carta propostos pelo Anexo I - MODELO DE CARTAS E DECLARAÇÕES deste EDITAL, correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da LICITAÇÃO, mediante uma das seguintes modalidades abaixo, e observadas as respectivas condições:
- 5.1.1. Caução em dinheiro, na moeda corrente do país, através de depósito em conta corrente indicada pela SETOP, nos termos do modelo constante do Anexo I - MODELO DE CARTAS E DECLARAÇÕES deste EDITAL;

- 5.1.2. Caução em títulos da dívida pública, emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, nos termos do modelo constante do Anexo I - MODELO DE CARTAS E DECLARAÇÕES deste EDITAL;
- 5.1.3. Fiança bancária, nos termos do modelo constante do Anexo I - MODELO DE CARTAS E DECLARAÇÕES, executável à primeira demanda, emitida por instituição financeira de primeira linha autorizada a funcionar no Brasil;
- 5.1.4. Seguro-garantia, emitido conforme Circular SUSEP nº. 232, de 03 de junho de 2003, e demais normas expedidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, contratado junto a seguradora de primeira linha autorizada a funcionar no Brasil, nos termos do modelo constante do Anexo I - MODELO DE CARTAS E DECLARAÇÕES deste EDITAL.
- 5.2. A GARANTIA DE PROPOSTA, nas modalidades seguro-garantia ou fiança bancária, observará o seguinte:
- 5.2.1. terá o seu valor expresso em Reais (R\$) e deverá ser apresentada em sua forma original, não sendo aceitas cópias de qualquer espécie, admitida a apresentação de seguro-garantia na forma digital, nos termos e condições admitidos pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP; e
- 5.2.2. será contratada, respectivamente, com seguradoras e resseguradoras e com instituições financeiras de primeira linha autorizadas a operar no Brasil pela SUSEP.
- 5.3. Em caso de CONSÓRCIO, será admitida a apresentação, pela empresa líder, de garantia única no valor total indicado no item 5.1 ou a apresentação, pelas empresas consorciadas, de garantias proporcionais à respectiva participação no CONSÓRCIO, cujo somatório seja equivalente ao valor total estabelecido no Item 5.1.
- 5.4. **Validade.** A GARANTIA DE PROPOSTA terá prazo de validade equivalente à PROPOSTA ECONÔMICA.
- 5.4.1. As LICITANTES que tiverem suas GARANTIAS DE PROPOSTA rejeitadas, serão desclassificadas e estarão impedidas de participar das demais fases da LICITAÇÃO.
- 5.5. **Execução.** A GARANTIA DE PROPOSTA poderá ser executada em qualquer das seguintes hipóteses:
- 5.5.1. caso a ADJUDICATÁRIA não mantenha os termos e condições de sua PROPOSTA ECONÔMICA apresentada à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO; ou

5.5.2. caso o CONTRATO não seja assinado no prazo estabelecido neste EDITAL por razões imputáveis à ADJUDICATÁRIA.

5.6. **Devolução.** A GARANTIA DE PROPOSTA será devolvida:

5.6.1. à LICITANTE que tiver sua GARANTIA DE PROPOSTA rejeitada pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, em até 05 (cinco) dias úteis contados da divulgação da correspondente decisão;

5.6.2. à LICITANTE que não for classificada por não atender às condições de qualificação técnica previstas neste EDITAL, em até 05 (cinco) dias úteis contados da publicação do resultado definitivo da fase de qualificação técnica;

5.6.3. à todas as LICITANTES, com exceção da LICITANTE vencedora do certame, em até 05 dias úteis contados da homologação da LICITAÇÃO;

5.6.4. à ADJUDICATÁRIA do objeto do certame, em até 05 (cinco) dias úteis contados da celebração do CONTRATO;

6. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

6.1. Poderão participar desta LICITAÇÃO, as empresas legalmente constituídas, nacionais ou estrangeiras, isoladas ou reunidas em CONSÓRCIO, que satisfaçam plenamente todas as disposições do EDITAL e da legislação em vigor.

6.1.1. As LICITANTES estrangeiras deverão possuir representação no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente pelos seus atos e que atenderem aos requisitos deste EDITAL.

6.1.2. Para os fins do disposto no item 6.1, as Entidades de Previdência Complementar e Fundos de Investimentos em Participações – FIP só poderão participar desta LICITAÇÃO quando reunidas em CONSÓRCIO com entidades cuja natureza jurídica seja diversa de sua própria.

6.2. **Consórcio.** A participação em regime de CONSÓRCIO, seja de empresas nacionais ou estrangeiras, deverá atender às disposições do art. 33 da Lei Federal nº 8.666/93 e aquelas estabelecidas neste EDITAL, conforme requisitos a seguir:

6.2.1. Na hipótese de participarem do CONSÓRCIO empresas nacionais e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa nacional, sem prejuízo da responsabilidade solidária entre todos os integrantes do CONSÓRCIO.

- 6.2.2. É vedada nesta LICITAÇÃO a participação de empresa consorciada, através de mais de um consórcio ou isoladamente, nos termos do art. 36, inciso IV, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 6.2.3. Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não alterarão a constituição ou composição do CONSÓRCIO, visando manter válidas as premissas que asseguram sua habilitação.
- 6.2.4. Cada empresa integrante do CONSÓRCIO deverá atender às exigências estabelecidas para habilitação jurídica, fiscal e financeira neste EDITAL, sob pena de inabilitação do CONSÓRCIO.
- 6.2.5. O patrimônio líquido de cada consorciada deverá ser igual ou superior à multiplicação do percentual de sua participação no CONSÓRCIO pelo PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO exigido para o CONSÓRCIO, conforme definido no DOCUMENTO XV, da TABELA III - Documentos relativos à qualificação econômico-financeira, deste EDITAL.
- 6.2.6. Observado o critério de participação de cada consorciada no CONSÓRCIO, definido no item 6.2.5, o patrimônio líquido do CONSÓRCIO será igual à soma dos patrimônios líquidos das consorciadas.
- 6.2.7. Em caso de CONSÓRCIO, a qualificação de que trata o item 8.5 poderá ser comprovada por qualquer uma de suas empresas integrantes, sendo que a experiência exigida também poderá ser comprovada através de atestados emitidos, com relação à LICITANTE, em nome de empresas AFILIADAS.

6.3. Empresas Estrangeiras. As empresas estrangeiras deverão:

- 6.3.1. Apresentar decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 6.3.2. Obedecer às disposições da Resolução nº 444 de 14 de abril de 2000 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA e alterações posteriores.
- 6.3.3. Apresentar declaração expressa de que se submete à legislação brasileira e que renuncia a qualquer reclamação por via diplomática, conforme modelo integrante do Anexo I - MODELO DE CARTAS E DECLARAÇÕES do EDITAL;

- 6.3.4. Apresentar os documentos equivalentes aos documentos para a habilitação, autenticados pela autoridade consular brasileira de seu país de origem, e traduzidos por tradutor juramentado, na forma do disposto no § 4º do art. 32 da Lei nº. 8.666, de 1993.
- 6.3.5. No caso de divergência entre documento ou texto no idioma original e a tradução, prevalecerá o texto traduzido por tradutor juramentado.
- 6.3.6. As empresas estrangeiras oriundas de países de língua portuguesa deverão apresentar sua documentação na forma original.
- 6.3.7. Nos termos do §4º do art. 32 da Lei Federal nº 8.666/93, deverá ser feita a consularização dos documentos provenientes de empresas estrangeiras, ainda que oriundos de países de língua portuguesa.
- 6.3.8. As empresas estrangeiras deverão apresentar atestado expedido pela embaixada do país de origem no Brasil, certificando a correlação entre os documentos administrativos legais e suas validades, normalmente exigidos em licitações no Brasil e os correspondentes no país de origem.
- 6.3.9. Os documentos de habilitação equivalentes devem ser apresentados de forma a possibilitar a análise acerca da validade, exigibilidade e eficácia.
- 6.3.10. Na hipótese de inexistência de documentos equivalentes aos solicitados neste EDITAL e/ou de órgão(s) no país de origem que os autentique(m), deverá ser apresentada declaração, informando tal fato, por parte de instituição de direito público ou de notário público, devidamente autenticada pela autoridade consular brasileira do país de origem e traduzida por tradutor juramentado.
- 6.3.11. Considera-se representante legal das LICITANTES estrangeiras a pessoa legalmente credenciada, com poderes expressos, mediante procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida em cartório no Brasil, para receber citação e responder administrativa e judicialmente no Brasil, bem como para representa-la em todas as fases do processo, condições essas que deverão estar expressamente indicadas em seus documentos de habilitação jurídica.

6.4. Não será admitida a participação nesta LICITAÇÃO:

- 6.4.1. A empresa cuja falência, concordata e recuperação judicial ou extrajudicial tenham sido decretados ou homologados por sentença judicial.
- 6.4.2. A empresa que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou punida com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos dos incisos III e IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, e do Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como aquela que se encontra interdita por crimes ambientais nos termos do artigo 10 da Lei Federal nº 9.605/98.
- 6.4.3. A empresa que esteja sob intervenção da Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social.
- 6.4.4. A empresa cujos dirigentes, gerentes, sócios ou controladores, responsáveis técnicos ou legais sejam ou já tenham sido, a partir de 2 (dois) anos consecutivos anteriores à data da publicação deste EDITAL, servidores ou dirigentes ligados à Administração, direta ou indireta, do Estado de Minas Gerais, ou qualquer de seus órgãos ou entidades vinculadas.
- 6.4.5. A empresa que se enquadre nas restrições previstas no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 6.4.6. Empresas prestadoras de serviço de transporte aéreo, nos termos do art. 16 do Decreto nº. 7.624 de 22 de novembro de 2011.

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 7.1.A impugnação junto à SETOP dos termos do EDITAL, quanto a possíveis falhas ou irregularidades, poderá ser feita por qualquer cidadão até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a sessão de abertura das PROPOSTAS.
- 7.2.Se feita por LICITANTE, a impugnação poderá ser protocolada até o segundo dia útil que anteceder à sessão de abertura das PROPOSTAS.

7.3. As impugnações deverão ser formalizadas por escrito à SETOP através do presidente da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e protocolizadas no setor de protocolo da CAMG (Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais – Edifício Minas – primeiro andar).

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Toda a documentação de habilitação apresentada pela LICITANTE deverá estar válida no momento da entrega do Envelope 03 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, sob pena de inabilitação da LICITANTE desconforme.

8.1.1. Caso o vencimento de parte da documentação apresentada no envelope de habilitação se dê no período compreendido entre a data da entrega dos envelopes e a data de sua abertura, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO notificará a LICITANTE para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, regularize sua situação.

8.1.2. No caso de certidões que não possuam data de validade, as mesmas deverão ser expeditas num prazo não superior a 60 dias da data de entrega dos envelopes.

8.1.3. Não serão aceitos comprovantes de solicitação de certidões ou congêneres.

8.2. Os documentos de habilitação jurídica serão constituídos de:

TABELA I. Documentos Relativos à Habilitação Jurídica

| ITEM Nº | DOCUMENTO |
|---------------|--|
| DOCUMENTO I | Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores; |
| DOCUMENTO II | Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando atividade assim o exigir; |
| DOCUMENTO III | No caso de entidades privadas de previdência complementar, comprovante de autorização expressa e específica quanto à constituição e funcionamento da entidade de previdência complementar, concedida pelo órgão fiscalizador competente, e declaração de que os planos de benefícios por elas administrados não estão em liquidação ou sob intervenção da Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social; |
| DOCUMENTO IV | No caso de instituição financeira, comprovação de que está autorizada a funcionar como instituição financeira pelo Banco Central do Brasil; |
| DOCUMENTO V | Em se tratando de Fundo de Investimento em Participações – FIP: (i) Ato constitutivo com última alteração arquivada perante órgão competente; (ii) Prova de contratação de gestor, se houver, bem como de eleição do administrador em exercício; (iii) Comprovante de registro do fundo de investimento (e suas posteriores alterações, se houver); (iv) Regulamento do fundo de investimento (e suas posteriores alterações, se houver); (v) Comprovante de registro do regulamento do fundo de investimento perante o Registro de Títulos e Documentos competente; (vi) Comprovação de que o fundo de investimento encontra-se devidamente autorizado a participar da LICITAÇÃO e que o seu administrador pode representá-lo em todos os atos e para todos os efeitos da LICITAÇÃO, assumindo em nome do fundo de investimento todas as obrigações e direitos que decorrem da LICITAÇÃO; (vii) Comprovante de qualificação do administrador e, se houver, do gestor do fundo de investimento, perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM; (viii) Certidão negativa de falência da administradora e gestora do fundo, expedida pelo(s) cartório(s) de distribuição de sua(s) |

TABELA I. Documentos Relativos à Habilitação Jurídica

| | |
|--|--|
| | sede(s) ou domicílio(s), com data de até 60 (sessenta) dias corridos anteriores à data para entrega dos envelopes. |
|--|--|

8.3. Os documentos de regularidade fiscal deverão ser constituídos de:

TABELA II. Documentos relativos à regularidade fiscal

| ITEM Nº | DOCUMENTO |
|----------------|--|
| DOCUMENTO VI | Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF, nos moldes da Instrução Normativa nº 1.005/2010 da Receita Federal do Brasil – RFB. |
| DOCUMENTO VII | Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da LICITANTE, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da LICITAÇÃO. |
| DOCUMENTO VIII | Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, por meio da apresentação das seguintes certidões: <ul style="list-style-type: none">• Certidão conjunta emitida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), relativamente aos tributos administrados pela RFB e à dívida ativa da União administrada pela PGFN; e• Certidão negativa de débito da Secretaria da Receita Previdenciária emitida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS. |
| DOCUMENTO IX | Prova de regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual e Municipal, todas do domicílio ou sede da LICITANTE, datada de, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de entrega dos envelopes. |

| | |
|--------------|---|
| DOCUMENTO X | Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, que esteja dentro do prazo de validade nele atestado. |
| DOCUMENTO XI | Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas perante a Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, conforme disposto na Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011. |

- 8.3.1. Os documentos dispostos na TABELA II - Documentos relativos à regularidade fiscal, poderão ser apresentados por meio de documento original, ou documentos emitidos pela internet, de acordo com a legislação aplicável, desde que haja sistema que permita a conferência de autenticidade por parte da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.
- 8.3.2. Serão aceitas para os documentos exigidos nos DOCUMENTO VIII e DOCUMENTO IX, da TABELA II - Documentos relativos à regularidade fiscal, certidões negativas ou certidões positivas com efeito de negativas que noticiem, em seu corpo, que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.
- 8.3.3. Caso alguma certidão apresentada em conformidade aos DOCUMENTO VIII e DOCUMENTO IX da TABELA II - Documentos relativos à regularidade fiscal seja positiva, ou nela não esteja consignada a situação atualizada do(s) débito(s), deverá ser apresentada prova de quitação e/ou certidões que apontem a situação atualizada das ações judiciais e/ou dos procedimentos administrativos arrolados.
- 8.3.4. Na hipótese de não haver a expedição, na localidade da sede da LICITANTE, de certidões conjuntas ou consolidadas, deverão ser apresentadas certidões segregadas, na forma da legislação aplicável, que comprovem a inexistência de débitos tributários, bem como a inexistência de inscrição de obrigações na dívida ativa da autoridade tributária local.
- 8.3.5. Para os fins previstos na TABELA II - Documentos relativos à regularidade fiscal, as entidades estrangeiras deverão atender às exigências deste EDITAL em conformidade com o que dispõe o art. 32, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93.

8.4. Os documentos de qualificação econômico-financeira serão constituídos de:

TABELA III. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira

| ITEM Nº | DOCUMENTO |
|---------------|--|
| DOCUMENTO XII | <p>Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, e auditados por auditoria independente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.</p> <p>Entende-se por apresentados na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, devidamente datados e assinados pelo responsável da empresa, e por profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, assim apresentados:</p> <p>A. Sociedades regidas pela Lei nº. 6.404, de 1976 (Sociedade Anônima): publicados em Diário Oficial; ou publicados em jornal de grande circulação; ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da LICITANTE.</p> <p>B. Sociedades limitadas (Ltda.):</p> <ul style="list-style-type: none">• Por fotocópia autenticada do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da LICITANTE ou em outro órgão equivalente;• Por fotocópia autenticada do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da LICITANTE;• Por documento emitido via internet do Balanço e das Demonstrações Contábeis, desde que assinados digitalmente, utilizando-se de certificado de segurança mínimo tipo A3, emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), a fim de garantir a autoria, a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do documento digital, no caso da sociedade limitada ser tributada pelo lucro real, conforme legislação vigente. |

TABELA III. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira

| | |
|----------------|--|
| DOCUMENTO XIII | Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial ou extrajudicial expedida num prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data de apresentação da documentação exigida neste EDITAL, pelo distribuidor forense da sede da empresa. |
| DOCUMENTO XIV | Compromisso de Integralização de Capital de CONCESSIONÁRIA, nos termos do modelo constante do Anexo I - MODELO DE CARTAS E DECLARAÇÕES. |
| DOCUMENTO XV | <p>Comprovação de PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, nos termos do parágrafo 3º do artigo 31 da Lei Federal 8.666/93, igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para LICITAÇÃO devidamente atualizado, ressalvando-se que esta comprovação far-se-á por meio da apresentação do balanço patrimonial do último exercício exigível, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;</p> <p>No caso de CONSÓRCIO o patrimônio líquido poderá ser comprovado pela soma dos capitais sociais das empresas que o compõem, na proporção de sua respectiva participação no CONSÓRCIO.</p> <p>Para os fins de avaliação do patrimônio líquido, os valores expressos em moeda estrangeira serão convertidos para Reais (R\$), pela taxa de câmbio comercial para venda divulgada pelo Banco Central do Brasil (PTAX 800), da moeda do país de origem, tendo como data-base a data dos documentos apresentados.</p> <p>No caso da participação de Entidades de Previdência Complementar será considerado, para efeito de verificação do patrimônio líquido, o somatório dos recursos garantidores das reservas técnicas dos Planos de Benefícios das Entidades de Previdência Complementar constituídas de acordo com os critérios fixados pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar.</p> |

8.5. Os documentos de qualificação técnica serão constituídos de atestado(s) e/ou certidão (ões) com indicação da experiência dos responsáveis técnicos da LICITANTE, conforme previsto nos itens seguintes.

8.5.1. No caso de CONSÓRCIO, admitir-se-á o somatório dos atestados ou certidões dos responsáveis técnicos das empresas consorciadas.

8.5.2. No caso de empresa estrangeira deverão ser seguidas as orientações da Resolução nº 444/00 do CONFEA e alterações posteriores.

TABELA IV. Documentos relativos à habilitação técnica

| ITEM Nº | DOCUMENTO |
|----------------|---|
| DOCUMENTO XVI | <p>Apresentar comprovação que dispõe dos seguintes profissionais aptos a prestação do serviço objeto da CONCESSÃO, no caso de ser vencedora do certame:</p> <p>02 Operadores de Estação Aeronáutica, com Certificado de Habilitação Técnica, sendo pelo menos 01 certificado pelo DECEA como Gerente de Segurança Operacional – GSOP.</p> <p>05 Agentes de Proteção da Aviação Civil (APACs), conforme Resolução ANAC nº 63, de 26 de novembro de 2008 e Portaria ANAC nº 1.886, de 25 de outubro de 2010.</p> <p>15 Brigadistas, certificados conforme Resolução ANAC nº 279, de 10 de julho de 2013.</p> <p>01 Profissional de Segurança Operacional, certificado conforme RBAC nº 153, de 30 de dezembro de 2012.</p> <p>01 Profissional de Gerenciamento Operacional, certificado conforme Instrução do Comando da Aeronáutica ICA nº 63, item 2.3.2, alínea “b”</p> <p>01 Gestor de Operações de Logística Integrada, com experiência comprovada, entendendo-se por logística integrada a movimentação de cargas entre diferentes modalidades de transporte, com origem ou fim no modal aéreo. A experiência poderá ser comprovada por meio de atestado ou contrato de prestação de serviço que identifique a atuação do profissional.</p> <p>01 Engenheiro Ambiental, com formação e experiência comprovadas.</p> <p>02 Profissionais fluentes em libras (língua brasileira de sinais).</p> |
| DOCUMENTO XVII | <p>Declaração do Conhecimento da Situação Física e Operacional do ARZM, das normas e regulamentos da ANAC e demais autoridades aeronáuticas, conforme modelo contido no Anexo I - MODELO DE CARTAS E DECLARAÇÕES.</p> |

8.6. Os atestados somente serão aceitos se o profissional qualificado possuir vínculo com a LICITANTE, na data da entrega das propostas, nas seguintes modalidades:

- 8.6.1. Por relação de emprego comprovada mediante apresentação de Ficha de Registro de Empregados – FRE e Carteira de Trabalho, devidamente atualizados;
 - 8.6.2. Como sócio, comprovado por meio da apresentação de seu estatuto ou contrato social;
 - 8.6.3. Como administrador, comprovado por meio da apresentação de prova de eleição dos administradores em exercício devidamente arquivada no registro empresarial ou cartório competente;
 - 8.6.4. Por carta ou contrato de intenção de prestação de serviço, diretamente ou por meio de empresa da qual ele seja empregado ou administrador; ou
 - 8.6.5. Por carta ou contrato de intenção, com firma reconhecida, indicando que, em caso de êxito da LICITANTE no certame, o profissional assumirá obrigação de prestar os serviços objeto da CONCESSÃO PATROCINADA, conforme sua respectiva competência técnica, conforme Anexo II do Edital - MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA e Anexo III do Edital - PLANO DE EXPLORAÇÃO DO AEROPORTO - PEA
- 8.7. Para fins de manutenção do cumprimento dos requisitos de habilitação durante o procedimento licitatório e, no caso de ser a LICITANTE vencedora, durante a execução do CONTRATO, a extinção do vínculo entre a LICITANTE e o profissional fica vinculada à prévia contratação de outro profissional que tenha a experiência mínima exigida nos requisitos de habilitação técnica e sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

8.8. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO deverá conter, ainda, as seguintes declarações:

TABELA V. Outros documentos

| ITEM Nº | DOCUMENTO |
|---------|-----------|
|---------|-----------|

TABELA V. Outros documentos

| | |
|-----------------|--|
| DOCUMENTO XVIII | Declaração da LICITANTE de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, na observância das vedações estabelecidas no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, qual seja, proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de catorze anos, conforme modelo constante do Anexo I - MODELO DE CARTAS E DECLARAÇÕES. |
| DOCUMENTO XIX | Declaração da LICITANTE assegurando pleno conhecimento da natureza e do escopo do objeto desta LICITAÇÃO, conforme modelo constante do Anexo I - MODELO DE CARTAS E DECLARAÇÕES. |
| DOCUMENTO XX | Declaração da LICITANTE assegurando, no melhor de seu conhecimento, que as informações por ela fornecidas e o serviço por ela ofertado no âmbito da LICITAÇÃO não infringem patentes, marcas e direitos autorais, conforme modelo constante do Anexo I - MODELO DE CARTAS E DECLARAÇÕES. |
| DOCUMENTO XXI | <p>No caso de CONSÓRCIO:</p> <p>a. Não será exigido que se constitua em pessoa jurídica antes do julgamento da licitação;</p> <p>b. Será exigido que o compromisso de constituição do CONSÓRCIO contenha, entre outros dispositivos, declaração expressa de que:</p> <ul style="list-style-type: none">• Os consorciados responderão em conjunto e isoladamente por todos os atos do CONSÓRCIO;• Não poderá o CONSÓRCIO ter a sua composição ou constituição alterada, ou sob qualquer forma modificada, sem prévia e expressa autorização do PODER CONCEDENTE;• Sendo o CONSÓRCIO declarado vencedor da LICITAÇÃO, as consorciadas constituirão a SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO antes da data fixada para a assinatura do CONTRATO, devendo aquelas serem controladoras diretas da SPE, na mesma proporção da participação no |

TABELA V. Outros documentos

| | |
|--|---|
| | <p>CONSÓRCIO.</p> <ul style="list-style-type: none">• Que o Compromisso de Constituição defina o percentual de participação de cada um dos consorciados;• Que o Compromisso de Constituição indique a empresa-líder, única representante legal do CONSÓRCIO, com quem o PODER CONCEDENTE manterá entendimentos. <p>c. Será exigido que os documentos de habilitação jurídica, fiscal e financeira devem ser fornecidos por cada empresa consorciada.</p> |
|--|---|

8.9. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverão estar dispostos ordenadamente, numerados sequencialmente e encadernados, de forma a não conter folhas soltas.

8.9.1. Os documentos relacionados nos itens habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica deverão ser referidos à sede da LICITANTE, exceção feita quando, no EDITAL ou no CONTRATO, explicitamente houver menção em contrário.

8.9.2. Em se tratando de empresas consorciadas, os documentos a que se refere o item 8.9.1 deverão corresponder à sede de cada consorciada e não à sede do CONSÓRCIO.

8.10. Os documentos não deverão apresentar rasuras ou emendas e suas páginas deverão estar carimbadas e rubricadas pelo representante legal da LICITANTE, ou no caso de CONSÓRCIO, pelo representante legal da empresa líder.

8.11. Quaisquer valores que se apresentem em quaisquer dos documentos solicitados neste EDITAL, em especial, aqueles contidos no balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis deverão ser expressos em reais (R\$).

8.12. Havendo divergência entre os valores numéricos e aqueles apresentados por extenso na documentação apresentada pela LICITANTE, prevalecerão os últimos.

8.13. Os casos omissos serão resolvidos pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

8.14. A LICITANTE que possuir o Certificado de Registro Cadastral do Cadastro Geral de Fornecedores da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – CAGEF, regulamentado pelo Decreto Estadual 44.431, de 29 de dezembro de 2006, poderá substituir os documentos nele mencionados, pelo referido Certificado, desde que não expirado o prazo de validade. Na hipótese de os documentos nele indicados estarem com prazos vencidos, deverá apresentar outros com validade em vigor.

8.15. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão da Imprensa Oficial.

8.16. A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO deverá realizar consulta prévia ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP, para fins de habilitação da LICITANTE.

9. DA VISITA TÉCNICA

9.1. Os interessados em participar da LICITAÇÃO deverão vistoriar o AEROPORTO REGIONAL DA ZONA DA MATA e suas cercanias, para a verificação das condições locais, com a finalidade de obter avaliação própria da quantidade e natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à realização do objeto da CONCESSÃO, forma e condições de suprimento, meios de acesso ao local, e para a obtenção de quaisquer outros dados que julgarem necessários à preparação da PROPOSTA, e para o atendimento das CONDIÇÕES MINIMAS DE PRESTACAO DE SERVICOS;

9.1.1. Caberá a cada LICITANTE realizar, por sua própria conta e risco, as investigações, os levantamentos e desenvolver os estudos de engenharia necessários para atender às CONDIÇÕES MÍNIMAS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

9.2. Cada LICITANTE deverá apresentar em sua documentação de habilitação a declaração de que conhece o ARZM existente e que sua PROPOSTA TÉCNICA e sua PROPOSTA ECONÔMICA foram desenvolvidas e apresentadas com perfeito conhecimento do mesmo, conforme DOCUMENTO XIX da TABELA V - Outros documentos, constante do Anexo I - MODELO DE CARTAS E DECLARAÇÕES.

9.2.1. A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO considerará que as PROPOSTAS apresentadas foram elaboradas com perfeito conhecimento do AEROPORTO e do Anexo III - PLANO DE EXPLORAÇÃO DO AEROPORTO - PEA e Anexo VII - QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, não podendo a CONCESSIONÁRIA, em hipótese alguma, pleitear modificações nos preços, prazos ou condições do CONTRATO, ou alegar qualquer prejuízo ou reivindicar qualquer benefício sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre este.

10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Nos termos do que autoriza o artigo 12, inciso I da Lei de PPP, esta LICITAÇÃO será precedida de uma etapa de qualificação da proposta técnica das LICITANTES, com base na DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, a ser entregue pela LICITANTE, que será constituída dos documentos informados nos itens seguintes.

10.2. A DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA deverá ser apresentada em 2 (duas) vias, em volumes distintos, de conteúdos idênticos, devendo cada via conter folhas numeradas sequencialmente, todas rubricadas e afixadas entre si, encadernados, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

- 10.3. Uma das vias deverá conter originais ou cópias autenticadas (Via Original), a qual se destinará à juntada no processo, sendo que a outra via (Via Cópia), deverá conter cópias, não necessariamente autenticadas. Cada via deverá conter na capa a titulação do conteúdo, o nome da proponente, o número desta LICITAÇÃO e o seu objeto.
- 10.4. Cada uma das vias deverá conter o Termo de Início e o Termo de Encerramento, este ao final do volume. O Termo de Início deverá conter a indicação da quantidade de folhas que o compõem e o seu conteúdo (índice dos documentos).
- 10.4.1. Caso haja diferença entre algum (ns) dos documentos valerá (ão) o(s) documento(s) original (is) ou autenticado(s).
- 10.5. Será desclassificada a PROPOSTA TÉCNICA que:
- 10.5.1. Contenha, explícita ou implicitamente, qualquer contradição com o disposto neste EDITAL ou quaisquer imposições ou condições aqui não previstas.
- 10.5.2. Apresente qualquer menção quanto aos valores contidos na PROPOSTA ECONÔMICA.
- 10.5.3. Apresente-se em desacordo com a forma exigida neste EDITAL;
- 10.6. A documentação deverá ser apresentada contendo os seguintes elementos:
- 10.6.1. Índice. Conterá os itens e paginação dos tópicos de cada elemento correspondente à matéria incluída, visando permitir a operacionalização da avaliação pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.
- 10.6.2. Experiência em Administração Aeroportuária. Comprovação de experiência em administração de aeroportos, demonstrada por meio de apresentação de atestado de movimentação de passageiros emitido por entidade pública competente. Entende-se por administração de aeroportos a empresa ou entidade homologada para tal fim pela entidade pública competente.
- 10.6.3. Experiência em Operação de Terminal de Carga Aérea – TECA. Comprovação de experiência em operação de terminal de carga aérea, demonstrada por meio da apresentação de atestado(s) fornecido(s) pelo(s) receptor (es) dos serviços, pessoa jurídica de direito público ou privado, como comprovação de que a LICITANTE tenha executado serviços dessa natureza. Por operação de terminal de carga aérea entende-se a administração e operação de um terminal aeroportuário de cargas.
- 10.6.4. Experiência em Prestação de Serviço de Logística de Carga Aérea. Comprovação de experiência em prestação de serviços de logística de carga aérea, demonstrada por meio da apresentação de atestado(s) fornecido(s) pelo(s) receptor(es) dos serviços, pessoa jurídica de direito público ou privado, como comprovação de que a LICITANTE tenha executado serviços dessa natureza. Por prestação de serviço logístico de carga aérea entende-se o recebimento, armazenagem, movimentação e remessa de carga proveniente, imediatamente, de transporte aéreo.

10.6.5. Experiência em Prestação de Serviço de Logístico de Carga Geral. Comprovação de experiência em prestação de serviços de logística de carga geral, demonstrada por meio da apresentação de atestado(s) fornecido(s) pelo(s) receptor(es) dos serviços, pessoa jurídica de direito público ou privado, como comprovação de que a LICITANTE tenha executado serviços dessa natureza. Por operação de terminal logístico de carga entende-se o recebimento, armazenagem, movimentação e remessa de carga proveniente de qualquer modalidade de transporte.

10.7. Como alternativa a apresentação de atestados emitidos pelos receptores dos serviços, a LICITANTE poderá ela própria declarar sua experiência desde que ratificada por uma auditoria independente para fins dos itens 10.9, 10.10 e 10.12.

10.7.1. Em caso de dúvida, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO poderá exigir, por meio de diligências, a apresentação de documentos pertinentes ao conteúdo declarado que comprovem as informações prestadas.

10.8. Adotar-se-á a seguinte fórmula para a Nota da PROPOSTA TÉCNICA:

$$NPT = 0,2 \text{ Adm Aeroportuária} + 0,2 \text{ TECA} + 0,4 \text{ Carga Aérea} + 0,2 \text{ Carga Geral}$$

Na qual:

NPT é a Nota da PROPOSTA TÉCNICA, contida no intervalo $0 \leq NPT \leq 100$;

Adm Aeroportuária é a nota recebida devido à experiência em administração de aeroportos $0 \leq \text{Carga Aérea} \leq 100$;

TECA é a nota recebida devido à experiência em administração de terminal aeroportuário de cargas.

Carga Aérea é a nota recebida devido à experiência em operação de terminal logístico de carga aérea, contida no intervalo $0 \leq \text{Carga Aérea} \leq 100$;

Carga Geral é a nota recebida devido à comprovação em operação de terminal logístico de carga geral, com exceção de terminal logístico de carga aérea, contida no intervalo $0 \leq \text{Carga Geral} \leq 100$;

10.9. A nota da experiência em administração de aeroportos será avaliada pelo volume anual de passageiros movimentados em um único terminal, considerando o somatório de passageiros embarcados, desembarcados e em trânsito, computada de forma cumulativa, conforme tabela abaixo:

| |
|---|
| Administração Aeroportuária (Adm. Aeroportuária) |
|---|

| Volume Pax Movimentados | Nota |
|--------------------------------|-------------|
| Menor que 40.000 | 0 |
| De 40.000 até 60.000 | 20 |
| Mais de 60.000 até 80.000 | 40 |
| Mais de 80.000 até 100.000 | 60 |
| Mais de 100.000 até 120.000 | 80 |
| Mais de 120.000 | 100 |

10.10. A nota da operação de terminal logístico de carga aérea será avaliada conforme tabela abaixo:

| Administração de Terminal Aeroportuário de Cargas (TECA) | |
|---|-------------|
| Volume de Cargas Movimentado (t) | Nota |
| Não. Não comprovou nos termos do item 10.6.3 | 0 |
| Sim. Comprovou nos termos do item 10.6.3 | 100 |

10.11. A nota da operação logística de carga aérea será avaliada pelo volume anual de carga operada pela LICITANTE computada de forma cumulativa, conforme tabela abaixo:

| Operação Logística de Carga Aérea (Carga Aérea) | |
|--|-------------|
| Volume t | Nota |
| Menor que 200 | 0 |
| De 200 até 250 | 20 |
| Mais de 250 até 300 | 40 |
| Mais de 300 até 350 | 60 |
| Mais de 350 até 400 | 80 |
| Mais de 400 | 100 |

10.12. A nota da operação de terminal logístico de carga geral será avaliada pelo volume anual de carga operada pela proponente, computada de forma cumulativa, conforme tabela abaixo:

| Operação Logística de Carga Geral (Carga Geral) |
|--|
|--|

| Volume t | Nota |
|--------------------------|------|
| Menor que 500 | 0 |
| De 500 até 1.500 | 20 |
| Mais de 1.500 até 3.500 | 40 |
| Mais de 3.500 até 5.000 | 60 |
| Mais de 5.000 até 10.000 | 80 |
| Mais de 10.000 | 100 |

10.13. Para comprovação das experiências dos itens 10.9, 10.10, 10.11, 10.12 será aceito 01 (um) atestado para cada item.

10.14. Serão desclassificados do certame, os LICITANTES que não obtiverem a pontuação mínima de 70 (setenta) pontos.

11. DA PROPOSTA ECONÔMICA

11.1. A PROPOSTA ECONÔMICA deverá ser apresentada totalmente preenchida e organizada conforme indicado a seguir:

11.1.1. Carta apresentando o valor, expresso em reais, da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA anual a ser paga pela SETOP à CONCESSIONÁRIA, conforme modelo constante do Anexo I - MODELO DE CARTAS E DECLARAÇÕES;

11.2. O valor máximo da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA anual a ser proposto pela LICITANTE deverá, nos termos do art. 40 inciso X da Lei Federal nº 8.666/93, ser inferior a R\$ 6.526.206,73 (seis milhões, quinhentos e vinte seis mil, duzentos e seis reais e setenta e três centavos) sendo desconsiderada a PROPOSTA ECONÔMICA que apresentar valor fora dos padrões indicados.

11.3. Na elaboração de sua PROPOSTA ECONÔMICA, as LICITANTES deverão:

11.3.1. Expressar todos os valores em reais (R\$), com apenas duas casas decimais, referidos ao mês de agosto/2013;

11.3.2. Não considerar qualquer benefício fiscal que possa vir a ser conferido à CONCESSIONÁRIA, no âmbito da União, do Estado ou do Município, durante o prazo da CONCESSÃO;

- 11.3.3. Considerar todos os tributos incidentes sobre o objeto da LICITAÇÃO, na forma da legislação vigente;
- 11.3.4. Considerar a incidência do PIS e COFINS sobre a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, conforme a legislação vigente.
- 11.4. A PROPOSTA ECONÔMICA que deixar de observar quaisquer dos itens precedentes será desclassificada pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

12. DA ENTREGA DAS PROPOSTAS

- 12.1. A LICITANTE deverá protocolar simultaneamente, conforme consta do preâmbulo, 03 (três) envelopes fechados e indevassáveis, com o seguinte conteúdo na forma definida no preâmbulo deste EDITAL:

Envelope 01 – DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA;

Envelope 02 – PROPOSTA ECONÔMICA;

Envelope 03 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 12.2. A DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA deverá ser apresentada em 02 (duas) vias, sendo uma original e uma cópia, em envelope fechado e indevassável, trazendo em seu exterior a identificação da LICITANTE, o número da LICITAÇÃO e os dizeres:

EDITAL CONCORRÊNCIA SETOP Nº. [•]/2014

EXPLORAÇÃO DO AEROPORTO REGIONAL DA ZONA DA MATA

ENVELOPE 01

DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

[Nome do Interessado]

- 12.3. PROPOSTA ECONÔMICA deverá ser apresentada em 02 (duas) vias, sendo uma original e uma cópia, em envelope fechado e indevassável, trazendo em seu exterior a identificação da LICITANTE, o número da LICITAÇÃO e os dizeres:

EDITAL CONCORRÊNCIA SETOP Nº. [•]/2014**EXPLORAÇÃO DO AEROPORTO REGIONAL DA ZONA DA MATA****ENVELOPE 02****PROPOSTA ECONÔMICA****[Nome do Interessado]**

- 12.4. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverão ser apresentados em 02 (duas) vias, sendo uma original e uma cópia, em envelope fechado e indevassável, trazendo em seu exterior a identificação da LICITANTE, o número da LICITAÇÃO e os dizeres:

EDITAL CONCORRÊNCIA SETOP Nº. [•]/2014**EXPLORAÇÃO DO AEROPORTO REGIONAL DA ZONA DA MATA****ENVELOPE 03****DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO****[Nome do Interessado]**

- 12.5. Para os fins dos itens antecedentes poderá ser apresentada, em substituição à documentação original, cópia autenticada por cartório competente, inclusive as publicações em jornais e no Diário Oficial.
- 12.6. Todas as páginas dos documentos contidos nos envelopes deverão estar numeradas, encadernadas e rubricadas pelo representante legal da LICITANTE ou do CONSÓRCIO, de modo a facilitar seu manuseio e análise.

13. DO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

- 13.1. Esta LICITAÇÃO será processada e julgada por uma COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO designada por Resolução do Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, obedecidas às regras estabelecidas nos subitens seguintes.

13.2. O ato de abertura dos envelopes poderá ser assistido por qualquer pessoa, mas somente os representantes das LICITANTES participantes, devidamente credenciados nos termos deste EDITAL, poderão agir em nome da mesma, vedada a interferência de assistentes e ou de quaisquer outros interessados.

13.2.1. Serão admitidos no máximo 02 (dois) representantes credenciados por LICITANTE.

13.2.2. O representante da LICITANTE deverá se apresentar para o credenciamento perante a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, apresentando a comprovação de sua representação bem como a carteira de identidade ou outro documento equivalente. A comprovação de sua representação deverá ser por meio de apresentação de

- a) Instrumento de mandato, público ou particular, que comprove poderes para praticar todos os atos referentes ao certame, acompanhado do(s) documento(s) que comprove(m) os poderes do(s) outorgante(s). Em se tratando de instrumento particular de mandato, este deverá ser apresentado com firma reconhecida.
- b) Contrato social ou estatuto social da LICITANTE ou documento equivalente, nos casos de participação de representante legal da LICITANTE. Para esta hipótese, em se tratando de CONSÓRCIO, a representação se dará pela empresa líder, devendo acompanhar o contrato social ou estatuto social ou documento equivalente da empresa líder.

13.2.3. Os documentos de representação das LICITANTES serão retidos pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e juntados ao processo da LICITAÇÃO.

13.3. Os representantes poderão exercer representação de 01 (uma) única LICITANTE, sob pena de inabilitação das LICITANTES representadas por pessoas em comum.

13.4. Quando abertos os envelopes entregues pelas LICITANTES, os documentos deverão ser rubricados pelos membros da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e pelos respectivos representantes das LICITANTES presentes à sessão.

13.5. Em qualquer fase da LICITAÇÃO será possível o saneamento de falhas, complementação de insuficiências e correções de caráter formal na documentação entregue, desde que a(s) LICITANTE(s) possa(m) satisfazer às exigências dentro de 3 (três) dias úteis a contar da notificação da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

13.5.1. Os documentos que poderão ser juntados no prazo referido no item 13.5 são aqueles cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente e demonstrada na data de apresentação da documentação.

13.6. Será facultado às LICITANTES examinar a documentação apresentada pelas demais após a análise dos documentos pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

13.7. As informações, bem como toda a correspondência, documentos e textos relativos aos procedimentos da LICITAÇÃO deverão ser redigidos em português.

14. ABERTURA E JULGAMENTO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

14.1. Na sessão designada na data prevista para abertura dos envelopes, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO procederá a abertura do Envelope 01 – DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

14.2. Toda a DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E GARANTIA DE PROPOSTA será rubricada pelos membros da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e pelos representantes credenciados das LICITANTES presentes.

14.3. A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO analisará a DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA e a GARANTIA DE PROPOSTA em sessão a ser realizada oportunamente entre os seus membros, sendo certo que a divulgação do correspondente resultado será feita às LICITANTES posteriormente, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

14.4. As LICITANTES que atenderem a pontuação mínima, estabelecida no item 10.14 serão classificadas à fase de julgamento das PORPOSTAS ECONÔMICAS.

14.5. Será desclassificada na fase de análise da qualificação técnica a LICITANTE:

14.5.1. Que não apresentar os documentos exigidos para o Envelope 01, na forma e condições estabelecidas neste EDITAL;

14.5.2. Que não obtiverem a pontuação mínima definida no item 10.14;

14.5.3. Que fizer qualquer referência a preços;

14.5.4. Cujos documentos não estiverem assinados por pessoa habilitada; e,

14.5.5. Cujas DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA não esteja redigida em português.

14.5.6. Não apresentar a GARANTIA DE PROPOSTA nos termos da Cláusula 5.

14.6. Da decisão que classificar ou desclassificar a LICITANTE caberá recurso, na forma e condições estabelecidas neste EDITAL.

14.7. Julgados os recursos referentes à fase de análise da qualificação técnica e GARANTIA DA PROPOSTA, ou decorrido o prazo para a sua interposição, sem qualquer manifestação das LICITANTES, serão designados, pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, a data, a hora e o local da sessão para a abertura e julgamento das PROPOSTAS ECONÔMICAS, por meio de publicação no Órgão de Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

14.8. Serão devolvidos às LICITANTES desclassificadas na fase anterior os envelopes, inviolados, contendo a PROPOSTA ECONÔMICA e a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, contra recibo que deverão firmar.

15. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS ECONÔMICAS

15.1. Consoante publicação no Órgão de Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, no local, data e hora fixados pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, em ato público, com a presença de, no mínimo, 03 (três) de seus membros e de representantes das LICITANTES qualificadas tecnicamente, devidamente credenciados, proceder-se-á à abertura dos envelopes entregues pelas LICITANTES contendo a PROPOSTA ECONÔMICA.

15.2. A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO examinará as PROPOSTAS ECONÔMICAS apresentadas pelas LICITANTES, divulgando o resultado dessa etapa aos presentes, com indicação da respectiva ordem de classificação das PROPOSTAS recebidas.

15.3. A classificação das PROPOSTAS ECONÔMICAS obedecerá à ordem crescente dos valores da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA propostos pelas LICITANTES.

15.4. Havendo empate entre duas ou mais PROPOSTAS ECONÔMICAS com idênticas condições, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio em ato público realizado pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, para o qual todas as LICITANTES serão convocados.

15.5. Será desclassificada a PROPOSTA ECONÔMICA da LICITANTE:

15.5.1. Que não apresentar os documentos exigidos para o Envelope 02, na forma e condições estabelecidas neste EDITAL;

- 15.5.2. Cujos documentos não estiverem assinados por pessoa habilitada;
- 15.5.3. A PROPOSTA ECONÔMICA não estiver totalmente expressa em Reais (R\$), ou não atender ao disposto no Anexo I - MODELO DE CARTAS E DECLARAÇÕES;
- 15.5.4. Que apresentar PROPOSTA ECONÔMICA inexecutável nos termos do inciso II do art. 48 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;
- 15.5.5. Cujas PROPOSTAS ECONÔMICAS não estiver redigida em português; e
- 15.5.6. Cujos valores sejam superiores ao limite estabelecido no item 11.2.
- 15.6. As PROPOSTAS ECONÔMICAS que contiverem divergência entre o valor grafado em algarismo e por extenso, prevalecerá o segundo.
- 15.7. O resultado do julgamento será publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, com a respectiva ordem de classificação.

16. ABERTURA E ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 16.1. Julgados os recursos atinentes à fase das PROPOSTAS ECONÔMICAS, ou decorridos o prazo para sua interposição sem qualquer manifestação das LICITANTES, serão designados, pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, a data, a hora e o local para abertura e análise da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO da LICITANTE classificada em primeiro lugar na fase de julgamento das PROPOSTAS ECONÔMICAS, por meio de publicação na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.
- 16.2. A fase de habilitação consistirá na análise da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO da LICITANTE classificada em primeiro lugar, e dos demais LICITANTES na hipótese de inabilitação da LICITANTE classificada em primeiro lugar.
- 16.3. A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO examinará a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, divulgando o resultado dessa etapa mediante publicação na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.
- 16.4. Será inabilitada na fase de análise da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO a LICITANTE:
 - 16.4.1. Que não apresentar os documentos exigidos para o envelope 03, na forma e condições estabelecidas neste EDITAL;

16.4.2. Cujos documentos não estiverem assinados por pessoa habilitada; e

16.4.3. Não satisfizer a todos os requisitos estabelecidos neste EDITAL e seus anexos.

16.5. Caso a LICITANTE classificada em primeiro lugar seja inabilitada, abrir-se-á a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO da LICITANTE classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente até que uma LICITANTE cumpra com os requisitos da habilitação.

16.6. Nos termos do artigo 48, parágrafo 3º, da Lei de Licitações, caso todas as LICITANTES sejam inabilitadas, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO poderá fixar prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação, pelas LICITANTES inabilitadas, de novos documentos escoimados das causas que determinaram a desqualificação.

16.7. A LICITANTE detentora da melhor PROPOSTA ECONÔMICA que for declarada habilitada será considerada a vencedora do certame, e portanto, será convocada para assinar o CONTRATO, nos termos do EDITAL.

17. DOS RECURSOS

17.1. Dos atos praticados em função da LICITAÇÃO regida por este EDITAL cabem recursos, ao Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, nos casos de decisão relativa a:

17.1.1. Regularidade da GARANTIA DA PROPOSTA;

17.1.2. Julgamento da DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

17.1.3. Julgamento da PROPOSTA ECONÔMICA;

17.1.4. Habilitação ou inabilitação de LICITANTE;

17.1.5. Imposição de pena de advertência ou multa;

17.1.6. Anulação ou revogação da LICITAÇÃO.

17.2. O prazo para interposição de recurso é de 05 (cinco) dias úteis contados do primeiro dia útil subsequente ao da intimação, entendido por dia útil o dia de expediente normal na SETOP.

17.3. A intimação acerca do julgamento dos recursos será feita, obrigatoriamente, através de publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

- 17.4. O recurso interposto com fundamento nos itens 17.1.3 e 17.1.4 terão efeito suspensivo.
- 17.5. Da interposição de recurso serão intimadas as demais LICITANTES, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados pela forma já estabelecida neste EDITAL.
- 17.6. O recurso será encaminhado à Autoridade Superior por intermédio do órgão ou autoridade que praticou o ato recorrido, que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias, ou levá-lo à Autoridade Superior, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.
- 17.7. A interposição de recurso ou a representação será comunicada às demais LICITANTES, que poderão impugná-lo no prazo de 05 dias úteis, contados da intimação do ato.
- 17.8. O prazo para a decisão dos recursos tratados neste item é de 05 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento pela Autoridade Superior, de que trata o item 17.6.
- 17.9. Do ato do Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas que determinar a anulação ou revogação da LICITAÇÃO cabe representação no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 17.10. A representação poderá ter efeito suspensivo, desde que presentes as razões de interesse público.
- 17.11. Aplicam-se ao procedimento previsto no item 17.10 todas as disposições desta Cláusula.

18. DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO

- 18.1. O julgamento da LICITAÇÃO será submetido à homologação do Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, que adjudicará o objeto da LICITAÇÃO à LICITANTE vencedora.
- 18.2. Observados os procedimentos do item 18.1, a SETOP convocará, mediante correspondência com aviso de recebimento, a ADJUDICATÁRIA para assinatura do CONTRATO no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data da mencionada publicação.
- 18.2.1. Para fins do disposto no item 18.1, a ADJUDICATÁRIA compromete-se a manter os termos originais de sua PROPOSTA até a data da efetiva assinatura do CONTRATO.
- 18.2.2. Até a data prevista para a assinatura do CONTRATO, a ADJUDICATÁRIA deverá:
- a) Comprovar à SETOP que prestou as garantias previstas no CONTRATO;
 - b) Comprovar à SETOP que contratou as coberturas de seguro previstas no CONTRATO;

- c) Comprovar à SETOP que manteve as exigências da habilitação até o momento da contratação;
- d) Apresentar para análise e aprovação à SETOP o PLANO DE NEGÓCIOS E MEMÓRIAS TÉCNICAS, que a CONCESSIONÁRIA desenvolverá na execução do CONTRATO, nos termos do item 19.
- e) Apresentar à SETOP os documentos que comprovem ter constituído a SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, nos termos do item 24.1, devendo, ainda:
 - i. Fornecer a correspondente certidão emitida pela Junta Comercial do domicílio da empresa-líder ou da sede da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, se diversos;
 - ii. Comprovar a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
 - iii. Atestar a participação, como acionistas da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, das empresas integrantes do CONSÓRCIO;
 - iv. A CONCESSIONÁRIA deverá indicar em seu estatuto social, como finalidade exclusiva, a exploração do objeto da CONCESSÃO PATROCINADA.

18.3. Se o CONTRATO não for assinado no prazo estabelecido no item 18.2 por razões imputáveis à adjudicatária, esta terá a sua GARANTIA DA PROPOSTA, executada pela SETOP.

19. DO PLANO DE NEGÓCIOS E MEMÓRIAS TÉCNICAS

19.1. A apresentação do PLANO DE NEGÓCIOS da LICITANTE vencedora será requisito para assinatura do CONTRATO, nos termos da alínea a)d) do item 18.2.2.

19.2. O PLANO DE NEGÓCIOS incluirá, mas sem se limitar, as informações abaixo, nos moldes estabelecidos no Anexo IV - PLANILHAS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS e as cartas e/ou declarações relacionadas:

19.2.1. a projeção dos valores provenientes do recebimento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, em base anual, durante todo o prazo da CONCESSÃO PATROCINADA;

19.2.2. os desembolsos referentes à EXPLORAÇÃO do AEROPORTO REGIONAL DA ZONA DA MATA, destacando as parcelas de depreciação/amortização e de tributos incidentes sobre as receitas;

19.2.3. os desembolsos com investimentos/imobilizados necessários à aquisição de equipamentos e sistemas de controle, estabelecidos a preços e quantidades globais fixos, referentes à EXPLORAÇÃO do AEROPORTO REGIONAL DA ZONA DA MATA, conforme indicado no Anexo IV -

PLANILHAS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS deste EDITAL, em conformidade com as metas e padrões de desempenho indicados no CONTRATO;

19.2.4. a composição do capital social da CONCESSIONÁRIA, sua distribuição, parcelas e prazos de subscrição e integralização, conforme modelo constante do Anexo I – MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES deste EDITAL;

19.2.5. a descrição de recursos próprios a serem aportados na CONCESSIONÁRIA pela LICITANTE, além do capital social, indicando a sua modalidade, características, prazos e garantia de sua subscrição e integralização;

19.2.6. a indicação do(s) financiamento(s) a ser(em) contratado(s) pela CONCESSIONÁRIA, indicando as principais características da(s) operação(ões), tais como taxas de juros, moeda, prazos de carência e amortização, vencimentos, comissões e garantias.

19.3. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar juntamente com as planilhas do PLANO DE NEGÓCIOS, as memórias técnicas utilizadas na composição de custos e despesas indicando o conjunto de instruções, especificações, metodologias e cronogramas elaborados pela LICITANTE que descreverá a linha de ação a ser adotada na EXPLORAÇÃO do AEROPORTO.

20. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

20.1. O Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, em despacho fundamentado, poderá revogar a licitação por razões de interesse público e deverá anulá-la, de ofício ou por provocação de terceiros, verificada a ocorrência de qualquer ilegalidade.

21. DO CONTRATO

21.1. O CONTRATO obedecerá aos termos da minuta constante do Anexo II - MINUTA DE CONTRATO.

21.2. A lei aplicável ao CONTRATO será a brasileira, não sendo admitida qualquer menção ao direito estrangeiro ou internacional, nem mesmo como meio de interpretação.

21.3. A legislação brasileira aplicável será aquela em vigor na data dos atos ou fatos que vierem a ocorrer.

- 21.4. A SETOP providenciará a publicação do extrato do CONTRATO no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

22. DO PRAZO DA CONCESSÃO

- 22.1. O prazo da CONCESSÃO será de 30 (trinta) anos, contados a partir da data da publicação do CONTRATO, sendo admitida sua prorrogação uma única vez por até 5 (cinco) anos, nos termos do Decreto 7.624 de 22 de novembro de 2011.

23. DO VALOR CONTRATUAL

- 23.1. O valor do CONTRATO será correspondente ao valor calculado com base na soma dos valores da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA a ser auferida pela CONCESSIONÁRIA no decorrer da CONCESSÃO PATROCINADA, acrescido da RECEITA TARIFARIA estimada, a ser recebida pela CONCESSIONÁRIA, ao longo do prazo estipulado da CONCESSÃO PATROCINADA.
- 23.2. As despesas decorrentes da execução do CONTRATO correrão à conta da dotação orçamentária nº 4481 04 130 264 4 600 0001 3 360 39 0, fonte 10 1, do orçamento do Fundo de Parcerias Público Privadas para o corrente exercício. Nos exercícios subsequentes, durante a vigência do CONTRATO, as despesas correrão à conta dos créditos próprios consignados à mesma dotação.

24. DA CONCESSIONÁRIA

- 24.1. A CONCESSIONÁRIA será uma SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO a ser constituída pelo ADJUDICATÁRIO da LICITAÇÃO, seja ele uma sociedade empresária ou CONSÓRCIO, tendo como objeto social único a EXPLORAÇÃO da CONCESSÃO, com proibição expressa de praticar quaisquer atos estranhos a tais finalidades.
- 24.2. A CONCESSIONÁRIA deverá assumir a forma de sociedade anônima, sendo o estatuto social e a composição acionária, aqueles que constarem da PROPOSTA ECONÔMICA e DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.
- 24.2.1. Sendo a ADJUDICATÁRIA da LICITAÇÃO uma sociedade empresária, deverá esta, até a data prevista para assinatura do CONTRATO, criar subsidiária integral para atendimento ao disposto

no item 24.1, mantendo o mesmo controle acionário preexistente à constituição da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO.

24.2.2. No caso de CONSÓRCIO, como pré-condição para a celebração do CONTRATO, as empresas que o integrarem deverão constituir SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, sob a forma de sociedade anônima, em conformidade com a lei brasileira, cujos estatutos, composição acionária e organização da administração deverão ser aqueles propostos no PLANO DE NEGÓCIOS E MEMÓRIAS TÉCNICAS.

24.2.3. No caso de CONSÓRCIO ser declarado vencedor da LICITAÇÃO, as empresas consorciadas deverão ser controladoras diretas da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, na proporção de sua participação.

24.3. A CONCESSIONÁRIA deverá submeter à prévia anuência da SETOP qualquer modificação em seu estatuto que implique em alteração do controle societário durante todo o período da CONCESSÃO.

24.4. Em quaisquer dos casos mencionados nos itens anteriores, deverão ser mantidas as condições de habilitação que ensejarem a celebração do CONTRATO.

24.5. O capital social subscrito da CONCESSIONÁRIA deverá ser integralizado nos termos estabelecidos no compromisso de integralização do capital social firmado pelos acionistas, que fará parte integrante do CONTRATO.

24.5.1. No caso de integralização em bens, o processo avaliativo deverá observar, rigorosamente, as normas da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

24.6. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter a SETOP permanentemente informada sobre o cumprimento pelos acionistas do compromisso de integralização do capital social, autorizando desde já a mesma a realizar diligências e auditorias para a verificação da situação.

24.7. O valor da participação de fundos e/ou fundações no capital da CONCESSIONÁRIA não poderá superar as prescrições legais vigentes.

24.8. Durante todo o prazo de vigência do CONTRATO, o controle societário da CONCESSIONÁRIA só poderá ser modificado com prévia anuência da SETOP, sendo vedada a transferência do controle efetivo da SPE ou da CONCESSÃO por no mínimo doze meses a contar da data da constituição da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, sob pena de caducidade.

- 24.8.1. No evento da transferência do controle acionário da CONCESSIONÁRIA, mediante anuência da SETOP, na vigência da CONCESSÃO, deverão ser mantidas as condições de habilitação da mesma.
- 24.8.2. Nos termos do § 2º, do art. 5º da Lei Federal nº 11.079/04, o CONTRATO preverá os requisitos e as condições em que a SETOP autorizará a transferência de controle da CONCESSIONÁRIA para seus financiadores, com o objetivo de promover a sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos serviços.
- 24.9. A CONCESSIONÁRIA poderá oferecer em garantia, nos contratos de financiamento, os direitos emergentes da CONCESSÃO, desde que não comprometam a operacionalização e a continuidade dos serviços.
- 24.10. As ações correspondentes ao controle da CONCESSIONÁRIA poderão ser dadas em garantia de financiamentos, ou como contra garantia de operações vinculadas ao cumprimento de obrigações decorrentes do CONTRATO.
- 24.11. A CONCESSIONÁRIA não poderá, durante todo o prazo da CONCESSÃO, reduzir o seu capital, a nenhum título, sem prévia e expressa autorização da SETOP.
- 24.12. Os recursos à disposição da CONCESSIONÁRIA serão aplicados exclusivamente no desenvolvimento de atividades relacionadas à CONCESSÃO, ressalvadas unicamente as aplicações financeiras.
- 24.13. A CONCESSIONÁRIA deverá obedecer aos padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 25.1. Os contratos que vierem a ser firmados pela CONCESSIONÁRIA com terceiros, relativamente ao desenvolvimento das atividades pertinentes à CONCESSÃO, deverão ter cópias enviadas à SETOP e serão formalizados segundo as regras de direito privado, não tendo aqueles qualquer relação com este CONTRATO.
- 25.2. Independente de ser a SETOP comunicada acerca da formalização de contratos pela CONCESSIONÁRIA com terceiros, por força do estabelecido neste EDITAL ou no CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA não poderá alegar ato ou fato decorrente desses contratos para pleitear ou

reivindicar da SETOP qualquer alteração no cumprimento de suas obrigações, ressarcimento de prejuízos ou perda de benefícios.

- 25.3. Os documentos e informações a serem disponibilizados pela SETOP às LICITANTES para consulta deverão ser considerados, para todos os fins, como meramente informativos, não assumindo a SETOP, em consequência, qualquer responsabilidade por sua correção, adequação ou suficiência.
- 25.4. As LICITANTES poderão, até o 5º (cinco) dia útil anterior à data da entrega dos envelopes, requerer à SETOP informações e esclarecimentos de dúvidas sobre a LICITAÇÃO, através do e-mail: ppparzm@transportes.mg.gov.br.
- 25.5. Não sendo formulados pedidos de informações e esclarecimentos de dúvidas sobre a LICITAÇÃO até o prazo acima estabelecido, pressupõe-se que os elementos fornecidos no EDITAL são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação de PROPOSTAS, não cabendo, portanto, às LICITANTE, direito a qualquer reclamação posterior.
- 25.6. As consultas serão respondidas por escrito, e serão publicadas no site www.transportes.mg.gov.br, com as informações ou esclarecimentos solicitados até o 5º (quinto) dia útil anterior à data de entrega da documentação exigida neste EDITAL e seus Anexos.
- 25.6.1. As consultas e respostas serão transmitidas a todos os participantes da LICITAÇÃO, e em particular à LICITANTE consulente serão disponibilizadas no site da mesma, sem identificação dos seus autores.
- 25.6.2. Em se tratando de aditamentos, serão estes divulgados da mesma forma que se dará a divulgação do texto original do EDITAL.
- 25.6.3. Os esclarecimentos e aditamentos passarão a fazer parte integrante do EDITAL.
- 25.7. Durante o período compreendido entre a data de entrega da documentação exigida neste EDITAL e a data de publicação do resultado do julgamento da LICITAÇÃO, as LICITANTES não poderão entrar em contato com a SETOP para assuntos correlatos.
- 25.8. Nesse período, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, caso julgue necessário, convocará as LICITANTES para os esclarecimentos que se fizerem necessários à instrução do processo, dentro do permitido pela Lei Federal nº 8.666/93, artigo 43, parágrafo 3º.

- 25.9. A SETOP poderá modificar o presente EDITAL ou seus Anexos, a qualquer momento antes da abertura deste certame, quando houver incontroversa violação aos preceitos legais ou prejuízo ao interesse público nos termos da legislação vigente. Qualquer modificação no EDITAL exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afeta a formulação das PROPOSTAS.
- 25.10. Para a apresentação da documentação exigida no EDITAL, a LICITANTE deverá examinar, cuidadosamente, todas as instruções, condições, exigências, leis, decretos, normas, especificações e outras referências mencionadas.
- 25.11. Eventuais deficiências no atendimento aos requisitos e exigências para a apresentação da documentação exigida no EDITAL serão consideradas de responsabilidade exclusiva da LICITANTE, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da PROPOSTA.
- 25.12. A LICITANTE arcará com todos os custos relacionados com a preparação e apresentação de sua documentação, não se responsabilizando a SETOP, em hipótese alguma, por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na LICITAÇÃO ou os resultados desta.
- 25.13. Este EDITAL, e respectivos Anexos, se encontram a disposição de todos os interessados, gratuitamente, no sitio eletrônico www.transportes.mg.gov.br e www.unidadeppp.mg.gov.br , não sendo necessária a apresentação de comprovante de sua aquisição para participação na LICITAÇÃO.

26. DOS ANEXOS DO EDITAL

- 26.1. Integram este EDITAL os seguintes Anexos:

- Anexo I. MODELO DE CARTAS E DECLARAÇÕES
- Anexo II. MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA
- Anexo III. PLANO DE EXPLORAÇÃO DO AEROPORTO - PEA
- Anexo IV. PLANILHAS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS
- Anexo V. POLÍTICA TARIFÁRIA E MECANISMOS DE PAGAMENTO
- Anexo VI. DIRETRIZES PARA LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Anexo VII. QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO

Anexo VIII. TABELA DE MULTAS

Anexo IX. GARANTIA DO PODER CONCEDENTE

Anexo X. CONVÊNIO 038/2012

Anexo XI. SISTEMA DE RECOMPOSIÇÃO DE EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

26.2. Os Anexos integrantes do EDITAL têm por finalidade orientar as LICITANTES no preenchimento da documentação exigida no EDITAL.

26.3. Nos termos do § 2º, artigo 40 da Lei nº 8666/93, os Anexos constituem parte integrante do EDITAL, como se seus conteúdos estivessem nele transcritos, e vinculam às LICITANTES.

Belo Horizonte, [•] de [•] de 20[•]

Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas